

Brasil já tem posição para

Jornal de Brasília

Cartagena



Setúbal explicou a necessidade de se adotar uma "linha unificada" em Montevideu

O Brasil já tem definida a posição que levará para a reunião do "Grupo de Cartagena", que começa segunda-feira em Montevideu. O presidente José Sarney orientou os ministros que representarão seu governo na reunião — o da Fazenda, Dilson Funaro, e o das Relações Exteriores, Olavo Setúbal — sobre as opiniões a serem emitidas, mas os ministros não querem adiantar quais são elas.

Setúbal, em entrevista coletiva no Itamaraty, afirmou que dada a importância da reunião, principalmente por ser a primeira reunião oficial do governo Sarney, ficou decidido entre o Presidente e seus ministros que a posição do governo brasileiro sairá através de um consenso entre as três partes e que esta diretriz justificaria uma "linha unificada" para a condução do endividamento exterior no brasileiro, depois da reunião de Seul e do Plano Baker. "No momento em que a América Latina apresenta um crescimento de 1% do seu PIB e da dívida externa, pela queda dos preços do petróleo e das matérias-primas, precisamos unificar nossos objetivos no sentido de redirecionar a condução da dívida, embora neste ano, o Brasil tenha crescido 7% do seu PIB aliado a uma expansão das contas externas.

União Soviética

Com relação a sua visita à União Soviética, o ministro Olavo Setúbal salientou que foi dado "um passo muito importante" no sentido de se privilegiar as relações entre os dois países, fundamentalmente no instante em que o governo da Nova República procura executar uma política externa "independente e universalista", que segundo disse, já estava claro no discurso de Sarney na ONU. "O governo soviético foi muito cordial, caloroso e nos recebeu num clima de grandes atenções e creio que o principal objetivo de nossa visita, ou seja, o de fortalecer o relacionamento político entre os dois países, dando um novo rumo às relações entre eles, foi alcançado plenamente", afirmou.

O ministro ressaltou ainda que diversos memorandos de entendimento político e financeiro entre Brasil e União Soviética foram assinados e que caberá a comissão encarregada de executar os planos de trabalho traçar as metas para suas aplicações. "Nossas relações com os países do Leste Europeu têm melhorado significativamente e com grande ênfase na área econômica.

pretendemos, portanto, intensificá-las ainda mais", frisou:

Cuba

Olavo Setúbal afirmou que a decisão do reatamento de relações diplomáticas com Cuba é uma questão de decisão única e exclusivamente presidencial, pois somente ao Presidente José Sarney cabe decidir o momento certo para isso. Ele acredita que o grande passo para que isso ocorra foi dado pelo fundador da Nova República, Tancredo Neves, quando ao se referir ao assunto disse que o problema era uma questão de segurança nacional e não uma questão política. Neste momento, afirmou, a Câmara dos Deputados solicitou que fosse feito um estudo ao Itamaraty sobre o reatamento, que já foi completado e enviado primeiramente ao Conselho de Segurança Nacional e depois ao presidente Sarney que deve se pronunciar a respeito.

Setúbal enfatizou que o Brasil exerce uma posição de liderança natural na América Latina, por representar, hoje, 40% de toda a economia do continente; porém isto não o credita a exercer ou mesmo aceitar nenhuma postura hegemônica diante dos outros países latino-americanos, em nenhuma hipótese, "como muitos tentam afirmar" e é isto que se pretende deixar claro na reunião dos dias 16 e 17 no Uruguai.

OEA

O ministro das Relações Exteriores mencionou duas mudanças que considera da maior importância para a ativação da OEA: a que amplia a ação do secretário-geral, dando-lhe uma dimensão política e a que permite a entrada na organização de nações que tenham problemas de fronteira com países já membros da entidade.

Setúbal frisou que o secretário-geral da OEA somente tinha função administrativa, o que entrava a atuação da organização. A mudança sugerida, pelo Brasil dá ao secretário-geral papel semelhante ao do secretário-geral das Nações Unidas.

Pela Carta anterior da OEA, a Guiana, que tem parte de seu território reivindicado pela Venezuela, e Belize, que a Guatemala considera parte de seu território, não podiam ingressar na entidade enquanto persistissem as reivindicações. A emenda brasileira estabelece prazo de cinco anos para solução desses conflitos, após o que Guiana e Belize poderão ingressar na OEA.